



REFLEXÃO SOBRE A ADEQUAÇÃO À LEI 10.639/03, APÓS 20 ANOS DE APROVAÇÃO, NO CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

EUZA ALVES DE SOUZA TESCH; HELEN MOURA PESSOA BRANDÃO

Introdução: A lei 10.639/03 determina a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, mas, não há uma efetivação de caráter assíduo no fazer pedagógico das instituições escolares. A lei estabelece sua aplicabilidade nas disciplinas de Arte, Literatura e História, porém a implantação não se limita apenas a essas disciplinas. Esta política de ação afirmativa, foi resultado de uma luta histórica do Movimento Negro contra as condições de subalternidade que são impostas aos negros.

Objetivo: Este trabalho tem como objetivo discutir o silenciamento da lei 10.0639/03 no currículo das escolas, em seu vigésimo ano de aprovação no que se refere a inclusão de práticas pedagógicas que não contemplem os conhecimentos afro-brasileiros.

Metodologia: Desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, a partir de uma revisão bibliográfica. Desse modo, realizamos uma busca no banco de dados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, foram selecionados artigos para compor a discussão e reflexão: Backes (2016), Pavan(2021), Silva e Cruz (2022), Vieira e Silva (2023) e a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003). **Resultado:** Ainda que, a lei 10.639/03 seja uma importante contribuição para o fim de um currículo eurocêntrico, infelizmente, a mesma não faz parte das práticas cotidianas escolares de forma constante, sendo abordadas especificamente na semana da Consciência Negra. Conforme com as leituras, a falta deste assunto na formação inicial/continuada dos professores e em cursos de licenciaturas dificulta a decolonização do currículo esbranquiçado nas escolas. Ponderam, que a prática efetiva da lei influenciaria a construção da identidade do indivíduo de forma que possibilitasse a compreensão do contexto histórico brasileiro. Ademais, poderia contribuir com a diminuição do desconhecimento em relação aos efeitos da colonização nas vidas das pessoas negras na sociedade em que vivemos.

Conclusão: Reconhecemos que há falta de políticas públicas para aplicação da lei no currículo escolar. Bem como, a sensibilização dos sujeitos envolvidos no ambiente escolar a partir de posturas individuais, coletivas e institucionais, na aplicação de práticas educativas que agreguem diferentes saberes durante o ano letivo. Assim, ressaltamos o valor de se trabalhar os conhecimentos dos povos negros como sendo um começo para um currículo escolar multicultural.

Palavras-chave: LEI 10.639/03; CURRÍCULO; PRÁTICAS PEDAGÓGICAS; DECOLONIZAÇÃO; ÉTNICO - RACIAL